



**3º INTEGRAR - Congresso Internacional de Arquivos,
Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus
“PRESERVAR PARA AS FUTURAS GERAÇÕES”**

Política arquivística na prefeitura de Belo Horizonte: um ponto de vista gerencial

**Cintia Aparecida Chagas Arreguy
Renato Pinto Venâncio**

Eixo temático: Políticas públicas

Palavras-chave: Gestão de documentos. Tabela de temporalidade e destinação de documentos. Prefeitura de Belo Horizonte. Arquivo público da cidade de Belo Horizonte. Política arquivística.

Introdução

A partir da visão de gerentes ocupantes de cargos relacionados às atividades meio e às atividades-fim das secretarias da Prefeitura de Belo Horizonte, buscou-se apreender a implementação da tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo no âmbito da administração municipal. Buscou-se compreender ainda o nível de reconhecimento do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte como agente condutor da política arquivística no poder executivo municipal.

De acordo com José Maria Jardim, a análise de políticas públicas tende a ser dividida em três fases sucessivas, conformando um ciclo que se realimenta. As fases são: formulação, implementação e avaliação. Segundo ele, há uma frequente confusão entre legislação arquivística e política arquivística. Segundo Jardim, a legislação fornece os elementos normalizadores à política arquivística, não sendo em si mesma uma política (JARDIM, 2006).

A proposta da presente pesquisa é, portanto, a de analisar a implementação da política pública arquivística, no âmbito do poder executivo municipal de Belo Horizonte.



**3º INTEGRAR - Congresso Internacional de Arquivos,
Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus
“PRESERVAR PARA AS FUTURAS GERAÇÕES”**

Método da pesquisa

Em relação às atividades-meio, foram entrevistados gerentes no maior nível hierárquico, dentro das Secretarias Municipais, cujas denominações tinham a palavra “administrativo”, “administração” ou “gestão”. Entre as secretarias municipais, há nove secretarias de administração regional, tendo sido escolhida uma para a entrevista. Foram levantadas 17 gerências e foram realizadas 13 entrevistas com gerentes das chamadas atividades-meio. Em relação às atividades-fim, foram entrevistados gerentes de gerências cujas atribuições encontram-se no escopo central da missão do órgão, tendo sido entrevistados os 16 gerentes, sendo um por secretaria. As entrevistas foram na modalidade semiestruturada, tendo sido realizadas entre 10 de dezembro de 2015 e 04 de março de 2016.

O perfil do gerente

Para diagnosticar o grau de continuidade e de envolvimento do gerente nas políticas públicas da Prefeitura, foi levantada sua vinculação funcional. Observou-se que quase 70% dos gerentes possuem um cargo efetivo. No primeiro grupo, atividades meio, 9 dos 13 gerentes são funcionários de carreira contra 4 gerentes que não possuem cargo efetivo. No segundo grupo, 11 têm um cargo efetivo contra 5 que não o têm. Levantou-se também o tempo de serviço desses gerentes na Prefeitura. Entre os das atividades-meio, 7 têm mais de 21 anos de trabalho na Prefeitura. Quatro deles têm de 6 a 10 anos e apenas 2 deles têm menos de 5 anos de atividade na administração de Belo Horizonte. Esses números indicam um percentual elevado de servidores que tiveram a oportunidade de conhecer as rotinas administrativas da Prefeitura. Quanto aos gerentes de atividades finalísticas, apenas 3 têm 21 anos ou mais de serviço na Prefeitura. A maioria deles (11) tem entre 6 e 20 anos. Apenas 2 deles têm menos de 5 anos de



**3º INTEGRAR - Congresso Internacional de Arquivos,
Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus
“PRESERVAR PARA AS FUTURAS GERAÇÕES”**

experiência na administração pública do município. Esses números revelam gerentes com uma boa experiência na Prefeitura. Considera-se que esse grupo também teve oportunidade de conhecer as rotinas da prefeitura.

A atuação do APCBH e a Tabela de Temporalidade na visão dos gerentes

Em relação à unidade responsável pela coordenação da gestão de documentos, apenas quatro entrevistados citaram o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, As respostas foram agrupadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Unidade responsável pela coordenação da gestão de documentos

Unidade responsável pela gestão de documentos	Quantidade
Não sabe	9
Secretaria Municipal Adjunta de Modernização	6
Gerência de Arquivos (GEARQUI)	5
Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte	4
Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa (SMAGEA)	4
Câmara Técnica	1
Controladoria Geral do Município	1
Fundação Municipal de Cultura	1
Não existe	1
Prodabel	1
Secretaria de Transparência	1
Secretaria Municipal de Planejamento	1
Total de respostas	35*

*Alguns entrevistados citaram mais de uma unidade organizacional
Fonte: Elaboração própria



**3º INTEGRAR - Congresso Internacional de Arquivos,
Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus
“PRESERVAR PARA AS FUTURAS GERAÇÕES”**

Os entrevistados também foram questionados se conhecem o trabalho e as atribuições do APCBH. Entre os 13 gerentes de atividades-meio, apenas dois disseram conhecer a unidade. Outro gerente afirmou já ter estado lá, mas desconhecer suas atribuições. Outro disse ter ouvido falar vagamente a respeito do APCBH. Já entre os 16 gerentes de atividades finalísticas, 13 disseram não conhecer a instituição arquivística municipal, dois disseram conhecer pouco e apenas um afirmou já ter visitado, mas desconhecer suas funções. Outra pergunta que causou surpresa - quando comparada com o conhecimento que os gerentes têm sobre o Arquivo Público – foi a referente ao questionamento se eles conhecem a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo da Prefeitura de Belo Horizonte. Os resultados estão na Tabela 2

Tabela 2: Conhecimento sobre a Tabela de Temporalidade

Conhece	Gerente Ativ. meio	Gerente Ativ. Fim
Sim	10	10
Não	3	6
Total	13	16

Fonte: elaboração própria

Nota-se que entre os gerentes responsáveis por gerências de atividades-meio há um percentual maior de conhecimento da Tabela de Temporalidade, como era esperado, pois, ao lidarem com transações envolvendo pagamento e recebimento de recursos, o cuidado com a preservação e a garantia do valor fiscal dos documentos é uma necessidade da própria rotina do trabalho. Somando-se os resultados encontrados, percebeu-se que entre os 29 gerentes entrevistados, 20 conhecem a Tabela de Temporalidade, ainda que alguns deles nunca a tenham consultado e 9 afirmaram não



**3º INTEGRAR - Congresso Internacional de Arquivos,
Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus
“PRESERVAR PARA AS FUTURAS GERAÇÕES”**

conhecerem tal instrumento, ou seja, mais de 2/3 dos gerentes entrevistados conhecem a Tabela de Temporalidade. Esse número é significativo se consideramos a pequena parcela de gerentes que reconhecem o Arquivo Público como autoridade arquivística e instituição responsável pela coordenação da gestão de documentos no município.

Conclusões

Constatou-se uma quase “invisibilidade” do Arquivo Público entre os entrevistados. Muitos disseram conhecer a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo, porém não associam tal instrumento ao Arquivo Público. Outras unidades administrativas da Prefeitura são citadas como responsáveis pela coordenação da gestão de documentos. Percebeu-se a necessidade de treinamentos e campanhas de sensibilização em todos os níveis da administração pública municipal, sobretudo voltadas aos gerentes. Sabe-se que o Arquivo Público tem investido bastante nesse tipo de treinamento, mas, ao que parece, esse treinamento não tem conseguido atingir os gerentes.

Não há como considerar a implementação de uma política pública arquivística sem a participação daqueles profissionais responsáveis pelo gerenciamento das atividades meio e fim das secretarias. Em princípio, pelo menos, não se pode afirmar haver uma política arquivística totalmente implementada na prefeitura de Belo Horizonte, a despeito de todo o trabalho desenvolvido pelo APCBH ao longo dos anos. O avanço da pesquisa poderá demonstrar mais claramente essa afirmativa.



**3º INTEGRAR - Congresso Internacional de Arquivos,
Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus
“PRESERVAR PARA AS FUTURAS GERAÇÕES”**

Referências

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, vol.5 n.2, 2006, pp.5-16.

Informações dos autores

Cintia Aparecida Chagas Arreguy
Universidade Federal de Minas Gerais
Email: cintia.arreguy@gmail.com

Renato Pinto Venâncio
Universidade Federal de Minas Gerais
Email: venancio.renato@gmail.com

